N.º 7 — 7 de Abril de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

A IDEIA NACIONAL

Sabbado 10 de Abril

CONTINUAÇÃO DAS

Aventuras extraordinarias do mulato João Chagas

O Estratagema do Poltrão

I — Á porta do Avenida Palace dois agentes de policia impedem-nos a entrada e conduzem-nos ao Governo Civil. II — «O snr. João Chagas quer mata-lo», declara-nos o director da policia de investigação. III — Fica detido no Governo Civil durante toda a noite o creado que nos acompanhava e nós somos intimado a não voltar ao Hotel até á partida do mulato para o extrangeiro. IV — Prepara-se um assalto á RESTAURAÇÃO. V — O snr. Governador Civil recusa-nos um passaporte e o ex-ministro parte para Bordeaux em WAGON ESPECIAL atrellado ao Sud-Express. VI — Epilogo.

N.º 7 7 de Abril de 1915 ANNO 1.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas—AVEIRO. Escriptorio em Lisboa—R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão
Conselheiro Ayres de Ornellas
Homem Christo (CARTAS DE LONGE)
Conselheiro Luiz de Magalhães
Lord Henry (PHILOSOPHIA POLITICA)
Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
João do Amaral (O MEU DIARIO)
Conde de Sabugosa
Lourenço Cayolla (QUESTÕES COLONIAES)
Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
Rocha Martins
Conselheiro Anselmo Vieira (QUESTÕES FINANCEIRAS)
Alberto Pinheiro Torres (QUESTÕES RELIGIOSAS)
G. Jean Aubry (QUESTÕES ESTRANGEIRAS)
Victor Falcão (NOTAS POLITICAS)

Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR.
Cada exemp. d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

Politica Interna

POR

LUIZ DE MAGALHÃES

Republica conservadora

Esta formula é a cartada ultima da louca aventura do 5 d'Outubro, o derradeiro sacco de lastro d'esse balão meio vasio, a tabua de salvação para a qual, prestes a submergir-se, a usurpação revolucionaria braceja afflictamente.

Muitos d'aquelles mesmos que ajudaram a desencadear a tempestade jacobina, açulando, sem criterio politico e sem espirito de justiça, contra o passado e os seus homens, os odios violentos e ignaros das massas populares, já hoje buscam deter, reprimir a corrente, na subita revelação dos tremendos erros commettidos. Já se convida a *tropa fandanga* dos crapulosos thalassas para a cooperação parlamentar; já se lhes levanta o anathema civico que os condemnara á excommunhão patriotica; já se lhes reconhecem direitos, garantias, tudo o que caracterisa a personalidade juridica d'um ser, como diz o Codigo, com forma e figura humana...

Começa a castigar-se o crime, a reprimir-se a desordem, a respeitar-se a livre expressão do pensamento, a acatar-se a consciencia religiosa, a pôr a lei acima do arbitrio unico d'um poder despotico.

E d'esta tentativa de ordem, conclue-se que a Republica pode vir a cristallisar em moldes conservadores, identificando-se com a vontade e os sentimentos nacionaes e consolidando-se em bases estaveis como um regimen de normalidade civilisada.

Reconheço a boa fé de muitos dos que assim pensam e o meu monarchismo, que não é uma doutrinarice sectaria, não lhes leva a mal que tentem essa solução, que busquem n'ella o remedio heroico para salvar o regimen agonisante.

Parece-me, porém, que essa esperança é tudo quanto ha de mais illusorio e fallacioso! E é este meu decepcionante juizo que procurarei justificar aqui em meia duzia de serenas palavras.

*

Com que elementos, com que forças eleitoraes, contam os propugnadores da solução conservadora dentro da Republica (e diz-se que os ha entre os proprios membros do actual governo, que não duvidaria ser o empreiteiro d'essa tarefa) — com que elementos, com que forças eleitoraes contam elles, para realisarem parlamentarmente a sua obra?

Com qualquer dos actuaes partidos da Republica? De certo, não com o democratico. Com os evolucionistas ou unionistas, então? Mas uns e outros têm, no que diz respeito á desordem chronica em que a Republica, desde a primeira hora, tem vivido, as mesmissimas responsabilidades dos partidarios do snr. Affonso Costa. Todas as violencias, todos os despotismos, todos os attentados, todos os radicalismos, todo o desvario jacobino e truculento do governo provisorio, as suas leis iniquas e dissolventes, as suas perseguições, os seus ataques ao espirito conservador e aos seus fundamentos sociaes, ao sentimento religioso, á indissolubilidade da familia, á propriedade, ao capital, á magistratura, ao exerciio, — tudo isso foi a obra commum dos homens que mais tarde se puzeram á frente dos tres partidos da Republica. Nenhum d'elles — nenhum! — pode subtrahir-se á compartilha d'essas tremendas e esmagadoras responsabilidades.

Mas, depois, separados em grupos diversos e antagonicos, a ordem e os outros principios conservadores não foram, em mãos de evolucionistas ou de unionistas, mais do que armas de combate contra um adversario mais audacioso e forte, e um chamariz enganador, um engodo astucioso com que se tentava a captação das forças politicas da monarchia, sem cuja cooperação se reconhecia afinal que o regimen da Rotunda não era viavel. Essa formula conservadora era apenas uma bandeirola, um cartaz, um *boniment* de vendilhão de feira para impingir por cordões d'oiro as suas correntes de papagaio.

Os *actos* d'esses partidos, a sua cooperação, activa ou passiva, clara ou encoberta, com as situações mais demagogicas, a sua complacencia com todos os desvarios anarchicos desmentem por completo esses allegados propositos ordeiros. Todos são do mesmo estofo sectario, do mesmo rubro intensamente radical. Contrafazem-se, quando os seus in-

teresses lh'o exigem. Mas o natural volta-lhes a galope immediatamente. E o violento e odiento jacobinismo ingenito empolga-os de novo, com a força irresistivel d'um instincto dominador. É que a essencia psychologica d'esta Republica é a demagogia — e, assim, ella ou será demagogica ou não será...

Não sendo, portanto, com o evolucionismo e o unionismo que se poderá dar ao regimen uma tintura conservadora, onde se encontrarão os elementos politicos dirigentes e as influencias eleitoraes precisas para, com umas camaras moderadas, appoiarem uma Republica ordeira?

Entre as grandes massas monarchicas, que os republicanos já reconhecem constituir a maioria da opinião nacional?

É este o ponto essencial, o nodulo da questão. Consideremol-o attentamente.

*

Em primeiro logar, a Republica toparia, desde logo, com um grave obstaculo. As perseguições de quatro longos annos de despotismo demagogico, cimentaram ainda mais a unidade, a cohesão do sentimento monarchico. O soffrimento robusteceu a crença. O glorioso martyrologio, cujas bellas paginas de firmeza inquebrantavel, de bravura indomita, de resignação estoica, ficaram inscriptas na terra do exilio, nos campos ensanguentados de Chaves, nas masmorras lobregas, no porão dos pontões, nos tribunaes marciaes, acrisolou uma convicção politica até á pureza sublime d'uma verdadeira fé.

Aqui ou alli, bem sabemos, uma ou outra influencia monarchica, por motivos de conveniencia local, collaboraram com os governos da Republica, appoiaram-n'os com os seus votos na Urna. Mas isso, na enorme maioria dos casos, não foram *conversões* nem *integrações*, como hoje se diz. Foram *emprestimos* momentaneos de influencia eleitoral, que, n'essas conjuncturas, não tinha valor para o partido monarchico, desinteressado da lucta, e que visavam justamente a salvaguardar e conservar intacta uma força, que, na hora propria, tão necessaria lhe seria.

Esta politica de transigencia poderia, sem duvida, dar algumas candidaturas á Republica conservadora, *sobretudo se os monarchicos se não organisarem.* Mas não me parece que ellas fossem em numero sufficiente para garantirem a força parlamentar d'esse novo partido e da situação que o representasse. Esta teria de fazer, nas camaras, combinações, de constituir *blocos* para se aguentar. E a consistencia d'essa politica de *blocos,* muito particularmente na Republica, — todos nós a conhecemos... Era o

prolongamento do equilibrio instavel em que a sua politica tem vivido desde que entrou na phase parlamentar. A pobre Republica conservadora esvair-se-hia como um sonho ao menor incidente d'umas camaras, onde não tinha representação decisiva e superior á dos outros grupos republicanos...

*

Mas suppunhamos ainda uma hypothese mais favoravel aos iniciadores da formula. Suppunhamos que elles tinham artes de fazer, no campo monarchico, uma larga captação de elementos politicos e de forças eleitoraes; suppunhamos que um grande movimento *adhesivo* se pronunciava, levando para lá homens de real valor, capacidades parlamentares, politicas e administrativas e importantissimas influencias das forças vivas do paiz, das suas forças conservadoras, da propriedade, da agricultura, do capital, da industria, do grande commercio, do funccionalismo, das profissões liberaes.

Esses *ralliés*, ordeiros, iam fazer a ordem. E concedamos que a conseguiam fazer n'uma lucta renhida contra o jacobinismo rebelde. Concluida, porém, essa obra dentro da Republica, era natural que elles pensassem comsigo mesmos:—Bem, mas quem nos fica sendo, agora, fiador da estabilidade d'esta ordem, que com tanto esforço lográmos restabelecer? Onde está a base firme, em que isto fique assente por uma vez? Onde nos dá o systhema o ponto fixo, a que possamos ligar a sorte d'esta organisação? Nós não podemos ser eternos no poder. Dominamos um momento a demagogia, mas não anniquilamos, porque os não podiamos anniquilar, os demagogos. Estes continuam sendo uma força politica dentro do regimen. São um partido, hoje em baixo, amanhã em cima. No dia em que voltem ao poder, a nossa obra vae a terra e nós seremos as victimas da sua vindicta desenfreada. Para bem da Patria e para nossa segurança, precisamos de garantir, de segurar, de estabilisar a ordem reconquistada. Como? Sem sahir do regimen é impossivel, mas para os grandes males, grandes remedios... Restauremos a Monarchia...

E o golpe d'Estado viria pôr o fecho indispensavel a essa reconstrucção da Ordem—que só póde ser estavel dentro de instituições, d'onde inteiramente se irradiem os elementos perturbadores.

*

D'esta forma, olhando o problema a frio, a solução da Republica conservadora desfaz-se como uma bola de sabão, tenue e vã... Ella é,

dentro da ordem de coisas creada em Portugal pelo bamburrio jacobino do 5 d'Outubro, um verdadeiro *impossivel metaphysico.* E' contra a natureza intrinseca do regimen, tal como entre nós o crearam, é contra a sua essencia moral, é contra a sua logica...

Para os homens sinceros que a tentassem, seria mais uma amarga desillusão; para a Causa Monarchica seria a ultima *étape* do seu avanço no caminho do triumpho; mas para esta pobre Patria, com o prolongamento d'este nefasto equivoco, seria mais uma calamidade, tantas são as ruinas, os prejuizos materiaes e moraes, as complicações, os embaraços, as difficuldades, que se vão accumulando em cada dia e hora da vida d'um regimen, que tem sido para ella um Calvario doloroso de soffrimentos, d'ultrages e de ignominias.

Philosophia Politica

POR

LORD HENRY

Partidos politicos

Quando se encaram as varias manifestações doutrinarias e activas das forças em que se appoiam os regimes, isto é, os partidos politicos, os homens de espirito essencialmente analysta como este que este estudo subscreve, encontram problemas de aspectos varios e de varias difficuldades nas suas soluções. Todos os partidos se assemelham na sua psychologia intima, e para se lhes encontrar caracteristicas especificas, ha que procurar a sua finalidade — para não dizermos antes a sua methodologia. Os partidos podem ser negativistas ou constructivos. Os primeiros têm a sua razão de ser na *critica*. Os segundos fazem da sua acção *constructiva*, o seu fundamental ponto de appoio. Os partidos negativistas são partidos destruidores, elementos de dissolução social, nucleos anarchicos. Os partidos constructivos edificam, harmonisam, organisam e congregam. Evidentemente que só estes são legitimos, authenticos, efficazes partidos de governo, competindo-lhes a funcção exclusiva de lançar as bases da vida progressiva dos povos. Por isso os primeiros são essencialmente revolucionarios, emquanto que os segundos são essencialmente conservadores. Os partidos negativistas appoiam-se na ingenuidade, nas illusões, nas qualidades impulsivas das massas populares que são, mercê da sua maior ignorancia, instaveis e faceis de captar. Os segundos, os partidos organicos, preferentemente se appoiam nas chamadas forças vivas do paiz, isto é, em tudo quanto repıe enta continuidade historica, continuidade de labor e de esforços. Os partidos negativistas vivem dos erros alheios. Os partidos organicos vivem das qualidades proprias. Os primeiros ou não apresentam soluções aos varios

problemas nacionaes ou apresentam soluções meramente theoricas, ideativas, operações de logica pura. Os segundos só formulam soluções práticas, opportunas, realisaveis, determinadas friamente pelo condicionalismo geral — interno e externo — dos povos. Nos primeiros partidos, estão bem os agitadores, os oradores impetuosos, os jornalistas verrineiros. Só nos segundos cabem os homens de governo, os pensadores, os realistas. O campo de acção dos primeiros reside nas assembleias populares, nas assembleias parlamentares, no pamphleto. O campo de acção dos segundos está nas commissões parlamentares, nos gabinetes ministeriaes, no livro. Os primeiros agitam a Rua. Os segundos transformam a Administração. O mal das sociedades contemporaneas está em que os partidos negativistas se encontram exercendo uma funcção de predominio sobre os partidos organicos. Os programmas dos primeiros são amplos e genericos: os programmas dos segundos são restrictos e concretos. Os primeiros formulam quasi sempre programmas que promettem beneficios; os segundos elaboram quasi sempre programmas que impõem sacrificios. Por esse motivo, o estado anarchico que se nota na epocha presente, deve-se á decepção que resulta da fallencia dos primeiros, e não á insufficiencia que porventura se note nos segundos, quando se trata de satisfazer aspirações ou necessidades. E' esteril a acção de um partido que vem a dispor do poder, depois de ter baseado a sua propaganda na critica dos actos de outro partido. Assim como é ficticio o partido que se organisa por simples *révanche,* por mero descontentamento. Um partido organico não combate apontando defeitos: combate, dando soluções. Apontando defeitos, um partido quebra, sem querer, muitas vezes, mas sempre produzindo mal, o prestigio da auctoridade, e estabelece o precedente de processos anarchicos. Só podem enfraquecer o principio da auctoridade os partidos negativistas, isto é, aquelles que não têm por missão governar. O mal todo está em que um povo se habitue a negar, e se compraza em destruir. Uma vez infiltrado no animo d'esse povo o sentimento da negação e a consciencia do seu poder destructivo — está attingido o primeiro passo para a sua dissolução geral. Os povos não progridem á custa de negações. Estas só servem para embaraçal-os e pervertel-os. Mas não basta que um partido politico de governo tome este rumo, em materia de programma. E' preciso mais alguma coisa. O sentimento que deve ligar todos os seus elementos, é o da confiança. Confiança plena, absoluta, estavel na sua *élite* dirigente. Acatamento harmonico em todos os seus elementos constitutivos, das determinações, das indicações da força, individual ou collectiva, que a natureza das

coisas collocou á sua frente. Longe de mim a ideia, offensiva dos sagrados e immortaes principios democraticos, de querer tapar a bocca a quem quer que seja. Não! Podem falar todos, um por um, ou ao mesmo tempo, consoante estiver mais no uso da epocha — mas quando se tratar de resolver, resolva quem pode, quem tem cathegoria para fazel-o, quem tem competencia para tal espinhosa missão. A affirmação de que da discussão nasce a luz pertence ao Conselheiro Accacio, e ninguem, hoje, a toma a serio. Da discussão, nasce a treva. E quanto mais se discute, mais se fecha a noite. A força dirigente de um partido, individual ou collectiva, por isso mesmo que é força dirigente, possue a competencia bastante para que não se veja na necessidade de andar a pedil-a emprestada aos outros. E os outros devem sentir-se bastante disciplinados, para que não tenham veleidades de discutir aquillo que não podem nem sabem. O abaixo assignado nunca desejou, não deseja e jámais desejará conduzir multidões. Mas se no negro e enygmatico destino da sua vida estivesse inscripta, como fatal, tão desgraçada funcção, só a acceitaria assim, cruamente, claramente exposta, porque entende que só assim, a acção de um governo é util, e a missão de um partido em governo é efficaz. Aborrece-me aconselhar leituras, principalmente pela inutilidade do conselho — quando não pela sua prejudicialidade — certo como é que o portuguez é, em geral, uma creatura que mal comprehende o que muito bem lê. Mas não resisto á tentação de chamar a attenção para o livro de Robert Michels — *Les partis politiques* — que mostra, d'uma maneira evidente, as tendencias das democracias, e que comprova, com essa demonstração, a razão da minha doutrina. N'estas noites de fins de inverno, com muito frio e muita chuva, não será insensatez pôr de parte as mirabolancias dos romances policialescos, ou os sentimentalismos anemicos dos folhetins, e passar os olhos, de vagar, com reflexão e calma, pelas paginas d'esse livro. De resto, applicando aos partidos politicos os principios philosophicos que em meus anteriores estudos tenho vindo a expôr, consegue-se aprehender perfeitamente o que eu entendo que é necessario para se transformar a força dispersiva de um partido n'uma força harmonica e de consequencias salutares. Claro está que me refiro aos partidos de governo, aos partidos organicos. Aos outros não tenho que referir-me, porque com elles me não entendo, nem os considero valores aproveitaveis na vida dos povos. Têm pois os partidos de acção politica, as suas caracteristicas fundamentaes no caracter restricto e concreto dos seus programmas, no caracter edificativo dos seus processos, e na organisação anti-democratica da sua vida interna. Todos os partidos que não obedeçam a estes principios enfermam do perigo

anarchico, e só servem para augmentar a confusão que já caracterisa de mais a vaidade contemporanea. Isto é uma coisa que todos sentem. Simplesmente nem todos têm a coragem ou a franqueza de o confessar. E o mal de nós todos está, em grande parte, n'esta submissão quasi estupida a ficções que nós sabemos que são ficções, e que nem têm a vantagem de ser originaes ou de manter dois minutos a illusão da felicidade.

Lord Henry

Cartas de Longe

POR

HOMEM CHRISTO

Excessos ridiculos

As referencias anteriores á campanha (se o termo ou a fórma não tiverem pergaminhos que me perdoem os puristas) contra o *y* e o *ph*, e a favor do *çapateiro* e do *açucre*, da *pregunta* e da *reposta,* não envolvem a menor censura aos campeões d'essa reforma e especialmente ao snr. Candido de Figueiredo, que é um homem de saber e de talento, e cuja boa vontade em manter a pureza da nossa lingua só é digna d'applauso. Demais, eu não sei nada d'essas coisas, expontaneamente me colloco no numero dos escrevedores que o snr. Candido de Figueiredo, com manifesto desprezo, caustica a todos os instantes, e quando não sei calo-me, pelo mesmo motivo porque falo, com energia e vigor, contra a petulancia atrevida dos que se mettem a tratar de coisas que eu conheço e que elles ignoram. Apenas, seja dito de passagem e em curto parentheses, me parece, ás vezes, (mera intituição, e a intituição é bem pouco para fazer juizos, em tudo, quanto mais em casos d'estes), que o snr. Candido de Figueiredo vae longe de mais n'uma ou outra das suas affirmações e n'esta ou aquella das suas reivindicações.

Em França, mudaram notavelmente, em dois seculos, o falar e o escrever. Todavia, ninguem exige, com o absoluto do snr. Candido de Figueiredo, o regresso ao passado. Dizia-se e escrevia-se *il aimet,* por exemplo, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, o que estava bem mais em harmonia com *il finit, il reçoit, il rompt,* das outras conjugações. Hoje escreve-se e diz-se *il aime,* como todo o mundo sabe, sem que ninguem exija o regresso ao *aimet,* como o snr. Candido de Figueiredo exige o *quere,* em vez de *quer, pregunta* em vez de *pergunta,* e muitas outras coisas.

Boileau, Molière, Racine, Corneille, La Fontaine, escreviam ainda e diziam *j'aimois, tu aimois, il aimoit, ils aimoient*, e assim em todos os verbos regulares da primeira conjugação. E apesar do tom imperioso e categorico com que Boileau na sua arte poetica recommendava

Surtout qu'en vos écrits la langue révérée
Dans vos plus grands excés vous soit toujours sacrée

hoje todo o mundo escreve e diz *j'aimais, tu aimais, il aimait, ils aimaient*, etc. E sob influencia normanda, que não deveria ser em purismo francez de grande auctoridade. Foi um simples e desconhecido advogado, Nicolau Berin, quem primeiro propoz a troca do *oi* pelo *ai*. Mais tarde Voltaire admittiu-a e foi de Voltaire para cá que ella se generalisou.

Cabe agora aqui outra observação. O snr. Candido de Figueiredo, na sua embirra pelo *h*, affirma que o *h* aspirado vae desapparecendo em França progressivamente. Não é bem isso. Vae perdendo a asperesa, isso sim, que todas as linguas são tanto mais suaves quanto maior é o grau de cultura dos que as vão falando. Mas a separação entre o *h* mudo e o *h* aspirado subsiste viva como dantes. E' ver o riso dos francezes quando os extrangeiros dizem *en eau*, em vez de *en haut*.

Quando foi da tragedia, que tanto sensibilisou Paris, dos filhos da Duncan, a celebre bailarina, o *Gil Blas* contava que entrando um dia certo litterato em casa d'ella, e perguntando-lhe pelos filhos, ella respondera:

— Então *en eau*.

— Ora essa! Mas como? Tem o primeiro andar inundado?

Um dia, indo eu para as Halles, sahi do Metropolitano em Reaumur, que é a estação d'entroncamento na linha Champerret — Gambetta, se não me engano. Perguntei a um empregado qual era a linha, direcção, a tomar para as Halles. Não aspirei o h e elle não me entendeu. Só quando dei pelo meu erro consegui que o homem me percebesse.

De resto, os francezes conservam o h mesmo em palavras onde elle etymologicamente não existe.

O snr. Candido de Figueiredo é d'uma intransigencia feroz com a *francesia*. Acho muito louvavel. Mas o zelo excessivo tambem tem inconvenientes do diabo. E' olhar, ahi, para a republica! A que um zelo pharisaico a arrastou! Razão tinha Talleyrand para recommendar: *Et surtout, pas de zéle!* A expressão *de resto*, por exemplo, digo por exemplo porque ha mais no mesmo caso, não agrada ao snr. Candido de Figueiredo que a classifica, como a outras, de *francesia*. Ora as linguas da mesma origem

teem analogia de forma e de construcção immensas vezes. E a circumstancia dos classicos não terem usado uma ou outra d'essas formas não importa, desde que os termos, a construcção e a significação sejam nacionaes, a pecha d'extrangeirismo. Ou todas as linguas da mesma proveniencia estão cheias d'extrangeirismos!

Outras vezes as linguas, por mais ricas que ellas sejam, carecem de termos para exprimir com precisão certas ideias. E *todas ellas* recorrem, n'esses casos, a termos extrangeiros. *Coquette* é um d'elles. Saudade é outro. Quero dizer, são *intraduziveis*, como mais alguns, que não quero adduzir, porque, repito, isto não passa d'um parentheses, que, por signal, já vae mais longo do que eu queria.

Namoradeira, como pretende o snr. Candido de Figueiredo, corresponde lá á significação que *coquette* tem na sua lingua! Ou desenvolta! Ou mesmo galanteadora! Nem de perto nem de longe. Loireira não sei, porque nem sei, áparte o que diz o snr. Candido de Figueiredo no seu diccionario, o que loireira significa. Parece assim coisa d'alfazema e mangerona. De qualquer fórma, está fóra da moderna linguagem portugueza. O vulgo não a conhece. E' termo dos *caturras*.

Por mim, o que farei, se tiver d'empregar a palavra *coquette*, é sublinha-la, não lhe dando fóros de portugueza.

Outro attentado é o *menu* dos banquetes. Ha que distinguir. Na verdade, se os pratos se compõem de bacalhau albardado, chouriço moiro com favas, paio com ervilhas, orelheira assada, pé de porco com feijão e cabeça do dito com hervas, *menu* é uma grande asneira. Com pratos portuguezes, lista, em vez de *menu*, póde servir. E digo póde, porque lista, de caracter mais generico, não é propriamente o *menu*. Lista, em questões culinarias, é a *carte de restaurant*. Quando entramos n'um restaurante francez não dizemos ao creado: deixe-me vêr o *menu*, mas: dê-me a *carte* (la carte), e sobre a *carte* é que nós escolhemos e organizamos o *menu*. Mas lista está bem. Se os pratos, porém, forem francezes, com as suas designações especiaes, correspondentes a iguarias requintadas, exquisitas, proprias d'estas terras,—cada roca com seu fuso, cada terra com seu uso,—e por isso mesmo intraduziveis? Bem ciosa é a Allemanha da sua lingua, e de todas as suas coisas, bem ciosa é a Inglaterra, a Austria, a Russia, e, no emtanto, os banquetes á franceza são designados em francês, em Londres, S. Petersburgo, Vienna e Berlim.

O snr. Candido de Figueiredo não admitte a expressão *tal gazeta escreve*. Não é a gazeta que escreve, diz elle. Pois não. É o redactor da gazeta. Mas tambem ninguem sentiu bater o queixo de medo ás terras

de Gibraltar no exemplo: «Quem mais temia eram as terras de Gibraltar e seu contorno». Não é a mesma coisa? Olhe que a differença não é grande!

Se a gazeta não escreve, tambem não conta, tambem não diz. Quem conta e quem diz é sempre o redactor da gazeta. Entretanto, *tal gazeta conta, tal gazeta diz,* é a expressão habitual de toda a gente.

—Onde vaes tu?

—Vou ao *Seculo.*

O povo é o *grande mestre*, diz o snr. Candido de Figueiredo. Pois eis uma expressão popular por excellencia. Comtudo, ninguem vae ao *Seculo,* mas á casa onde está installada a redacção do *Seculo.*

E a proposito: o snr. Candido de Figueiredo, falando do *quem* n'um dos seus volumes, escreve: «A corrente dos grammaticos quasi toda conflue para a affirmação de que o pronome, *que, qual, cujo* é relativo a pessoas ou coisas, e o pronome *quem* é só relativo a pessoas. Que me lembre, apenas dois grammaticos brazileiros entreviram no *quem* referencia a coisas, mas um d'elles achou que essa referencia era anti-historica...»

Eu não sei nada de grammatica. Absolutamente nada. Não o digo por falsa modestia, que nunca tive nem tenho falsas modestias. Digo-o com a sinceridade que ponho em tudo. Escrevo a calhar. Se calha, calha. Se não calha... é graça. Conservo, porem, umas vagas reminiscencias da grammatica por onde estudei ha mais de 40 annos. Era seu auctor um pobre homem chamado Bento José d'Oliveira, e que não disse senão tolices, a inferir da carga do snr. Candido de Figueiredo na quasi totalidade dos grammaticos e diccionaristas d'essa terra. O snr. Candido de Figueiredo, extranhamente amavel quando se trata de brazileiros, é impiedoso ao tratar de portuguezes. Por isso peço licença para observar que já n'esse tempo, 1872 e 1873, tão longe... tão longe... que se me vae afigurando, talvez pela dureza da estrada que tenho percorrido e pela mutação espantosa d'essa terra, perto do diluvio universal, o Bento José d'Oliveira citava o caso do *quem* referido a coisas. Ainda me lembra o exemplo, de Heitor Pinto. Era este: «As bôas arvores dão bom fructo e as más como quem são».

Olho com saudade os tempos idos, e quasi que não vivo, já, senão de saudades e das recordações da minha infancia. Doer-me-ia a consciencia se não viesse em auxilio do pobre professor d'ensino mutuo que sobre lingua nacional me ensinou o pouco que eu sei.

Emfim, e para concluir, ha tolices em que todos nós cahimos por causa do povo, o grande classico, o grande mestre, como lhe chama o snr. Candido de Figueiredo sem cessar. Tal é o *si*, entre outras.

O snr. Candido de Figueiredo lembra a tosa que Camillo Castello Branco, nos *Criticos do Cancioneiro*, applicou n'um jornalista que teve a *ingenuidade* de subscrever a locução: *tenho pena de si.* Bem sei. Recordo-me. Foi o Mariano Pina, que nem se soube defender, nem lembrar a Camillo, apesar de ser um mestre, e grande mestre, as graves incorrecções em que elle proprio, Camillo, tinha cahido.

Pena de si é contra a grammatica. Comtudo o povo, d'um extremo ao outro do paiz, não diz d'outra fórma. *Tenho pena de si, não faço caso de si, lembrei-me de si,* etc, são locuções tão profundamente populares que já não ha maneira de as extirpar. E não reconhece o snr. proprio Candido de Figueiredo que na linguagem vulgar ha muitas vezes embaraço no emprego da segunda pessoa do plural dos pronomes pessoaes?

Estou escrevendo ou falando a uma mulher. Não tenho com ella intimidade bastante para lhe dizer *de ti.* Se lhe digo *da senhora,* é ceremonioso para as nossas relações. E' uma expressão fria. Põe gelo na conversa. Se lhe digo *de v. ex.a*, ella manda-me passear. E se lhe digo *de vós,* como recommenda o snr. Candido de Figueiredo, o vós archaico, sem euphonia, comico, caricato, ella desata á gargalhada. Se eu fosse novo — agora, como estou velho, pouco importa — juro que não cahiria... n'esta *arriosca.* Preferiria mandar a grammatica... para casa do diabo.

O povo, sem convenções, sem praxes, saltando por cima das regras quando as regras conduzem ao disparate, cortou o nó gordio, dando fórma de 2.a pessoa a um pronome da terceira. E por *francesia,* como observa o snr. Candido de Figueiredo? E por causa do *vous*, como acrescenta este senhor? Não. O povo sabe lá o que é francesia! sabe lá se existe o *vous!* Não. Por bom senso e absoluta necessidade.

Mas agora reparo que não disse *nem palavra* sobre as *coisas interessantes* que tinha promettido para esta carta. Nem palavra!

Desculpem. Será na carta immediata.

Thomaz Christo

Questões de politica religiosa

Estamos na vespera das eleições. Os orgãos do regimen assestaram já as suas baterias para a conquista da opinião e do voto catholico; mas o que me parece mais lamentavel é que, ao lado d'esses delegados da Associação do Registo Civil e da Maçonaria, haja propagandistas catholicos que persistem em manter o equivoco d'um *ralliement* prejudicial aos interesses da Egreja e contrario á sua pura doutrina. Não sei se os catholicos negarão auctoridade ás palavras d'um politico que tem dedicado metade da sua acção e do seu esforço intellectual, á defeza d'uma Eterna Verdade que está, infelizmente, mais proxima da sua razão do que da sua fé abalada. Seja como fôr, aqui deixo repetido um opportuno protesto contra a mentira republicana, tão disposta agora a blandiciar o sentimentalismo de certos crentes como amanhã estará disposta a persegui-lo e a algema-lo. Este protesto me servirá de titulo para entrar, sabbado de Alleluia, na Egreja da minha parochia e ahi receber aquella benção de Paz que o cantico sagrado promette aos homens de boa vontade.

Os direitos da Egreja

Habituado a referir a solução de todos os problemas sociaes ao interesse da Nação portuguesa, eu não quero todavia que me accusem de estudar o problema religioso sob o criterio estreito do meu *nacionalismo;* transijo: em vez de affirmar, inicialmente, quaes sejam os deveres dos catholicos para com a sua Patria, direi quaes são os seus deveres para com a Egreja; ou melhor: ponho de banda os direitos da Patria

sobre todos os seus filhos, catholicos e não catholicos, e attenderei primeiro aos direitos de que a Egreja deve gosar dentro de qualquer nacionalidade onde a existencia de fieis implique necessariamente a sua intervenção.

Note-se que eu escrevi: «... direitos de que a Egreja deve gosar...» Parto portanto d'um postulado que, supponho, nenhum catholico me negará. E, d'est'arte, posso desde já affirmar que o reconhecimento dos direitos da Egreja, dentro da sociedade civil, impõe aos catholicos o dever de, por todas as formas, assegurar o seu livre exercicio.

Desde que a existencia da Egreja é um facto, ninguem póde deixar de acceitar, como um facto indiscutivel, os direitos, que Ella tem, de existir e de preencher a sua missão. A Egreja possue uma constituição que é a razão e o segredo da sua existencia e que ninguem pode tentar modificar sem logo tentar modificar o seu proprio sêr; para a Egreja, o direito de existir consiste, portanto, em poder viver tal qual é, segundo a sua regra e os seus costumes, mantendo a sua Auctoridade atravez da hierarchia ecclesiastica e defendendo religiosamente a Verdade que lhe foi revelada.

O direito de preencher a sua missão sacratissima implica forçosamente a liberdade de exercer o ministerio sacerdotal, de presidir aos exercicios do culto; de administrar os sacramentos, o ensino das verdades reveladas e da moral christã, de preparar o clero, dispor livremente dos edificios do culto e d'aquelles onde a preparação do Clero haja de fazer-se, referindo sempre, é claro, a sua acção ao condicionalismo da vida social e individual.

Alem d'estes direitos essenciaes, a Egreja tem outros; confundo-os todos para melhor os reconhecer; porque para mim, politico conservador, os direitos da Egreja são tanto ou mais sagrados do que os direitos da familia e do syndicato.

Mas não bastam muitas vezes á Egreja o prestigio do seu Verbo e a riqueza espiritual das suas razões, para aniquilar o erro adverso quasi sempre escudado n'uma força material, transitoria, mas sempre perigosa em vista das eternas desgraças que provoca! — os direitos politicos da Egreja baseiam-se, pois, na necessidade de cobrir a sua voz com a força do Estado. Para livremente exercer os direitos essenciaes da sua existencia e da sua missão, a Egreja não póde prescindir dos seus direitos politicos. O esforço dos catholicos deve tender, portanto, a tornar catholica a Nação a que pertencem, ou seja, a conseguir que o direito da Egreja entre no direito publico do seu paiz.

Catholicismo e Democracia

a) *A Doutrina catholica e a ideologia democratica.*

Para assegurar á Egreja o exercicio dos seus direitos politicos e a estabilidade d'esse exercicio, cumpre que os catholicos intervenham n lucta politica pela forma e pelos meios que o poder civil põe ao seu alcance ou por aquelles a que os obriguem as circumstancias de momento. Deverá essa intervenção operar-se longe de qualquer ponto de vista que não seja apenas o ponto de vista religioso? Ou, mais concretamente, pode a acção ou a organisação catholica alhear-se do problema politico, mantendo essa posição de indifferença em face de regimens estadoaes differentes? — Ha uma maneira muito simples de orientar a solução d'esta questão prévia: — Se a differença existente entre os regimens politicos não implicar uma fundamental e necessaria differença de relações entre a sociedade civil e a Egreja, é natural que os catholicos mantenham uma attitude equivalente perante regimens que, em relação ao seu interesse religioso e politico, são da mesma forma equivalentes. Isto quer dizer, *a contrario sensu,* que essa attitude de neutralidade deverá modificar-se desde que entre a Egreja, os seus direitos essenciaes e politicos, e a forma de governo do Estado onde ella pretende exercer esses direitos, existe uma incompatibilidade de doutiina e de facto.

Não ignoram os catholicos portuguezes que á nossa velha Realeza de oito seculos, chamada fidelissima entre as demais realezas catholicas, succedeu o regimen republicano, livre pensador, laicisando ferozmente o ensino do Estado e pondo o mais acintoso desdem na pretensa neutralidade das suas relações com o dominio espiritual de Roma. Trava-se ainda hoje entre os defensores da Monarchia e os sustentaculos da republica uma lucta intensa de que a revolução de 5 d'Outubro foi apenas um incidente doloroso e sangrento. Podem os catholicos, por sua vez interessados e obrigados a assegurar á Egreja o livre exercicio dos seus direitos politicos e a estabilidade d'esse exercicio, manter-se alheios a uma lucta que tão directamente se prende com o seu interesse particular? Deverá ser-lhes indifferente o triumpho d'uma ou outra das duas ideias politicas?

Para esclarecer esta questão de politica religiosa, cumpre-nos analysar a essencia de cada um d'esses regimens nas suas relações com a Verdade Catholica, procurando vêr até que ponto poderão conciliar-se e caminhar juntos com ella no mesmo fito de aperfeiçoamento social, ou desde

quando é manifesta e irreductivel a sua incompatibilidade de direito e de facto.

Em Fevereiro de 1914, apreciando no *Aqui d'El-Rei!...* a volta do Senhor Cardeal D. Antonio Mendes Bello ao seu Patriarchado de Lisboa, e a prohibição que o legalismo republicano lhe fizera de assistir ao Te-Deum celebrado na Sé por esse motivo, eu tive ensejo de dizer a maneira como os mestres contemporaneos da Democracia franceza tinham apreciado este momentoso problema da livre e protegida existencia da Egreja dentro do Estado politico. Michelet escreveu: «*A vida do catholicismo é a morte da republica, a vida da republica é a morte do catholicismo.*» Quinet limitou se a perguntar. «*Por acaso se pode chamar liberdade ao poder de matar a liberdade?*» E Jaurès declara, apoiado por Clémenceau: «*o que a democracia republicana e revolucionaria pretende é a liberdade completa do pensamento e da crença. E por haver instituições feridas pela revolução franceza que estão em contradição absoluta com esse principio vital; e por haver instituições que não reconhecem, que não querem, que não podem reconhecer esse direito absoluto do individuo á liberdade, por ellas existirem é que a democracia, não podendo viver senão pelo ensino d'essa liberdade, tem o direito e o dever de lhes retirar a liberdade do ensino.*»

Estylisando, n'uma clara e logica eloquencia, a irreductibilidade existente entre o dogma revolucionario da liberdade individual e a lei religiosa que sujeita essa liberdade aos dictames da verdade revelada e da moral christã, — as palavras d'estes illustres abencerragens da Democracia bastariam para definir a natural attitude do pensamento republicano em face dos direitos da Egreja. Mas isto não é o que mais importa n'este momento. Trata-se de prevenir os catholicos, não contra os seus adversarios reconhecidos, mas contra o equivoco lastimavel com que se pretende illudir a sua boa fé, fazendo-lhes acreditar n'uma possivel conciliação entre os interesses da Democracia e os interesses da Religião, como que n'uma possibilidade de *vida em commum* de que não resultassem graves prejuizos para a paz e prosperidade da Egreja. Este equivoco é tanto mais digno de combater-se quanto é certo que n'elle persistem muitas pessoas dizendo-se catholicas. São os homens da *Democracia Christã* que ainda ha pouco tempo me atacavam n'um qualquer jornal catholico de Braga e cuja perniciosa doutrina o *Seculo*, a *Republica* e outras gazetas republicanas transcrevem gulosamente.

Antes de fazer passar perante os olhos dos meus leitores o formidavel libello com que a clarividencia dos Pontifices romanos, desde Pio VII

a Pio X, tem fulminado a revolução e os dogmas democraticos, exporei no pouco espaço que hoje me resta, alguns dos argumentos em que se baseiam esses maus catholicos e melhores democratas, dispostos a cimentar com a sua indifferença ou com o seu voto o *statu quo* republicano.

Eu digo maus catholicos e melhores democratas porque elles, afinal, não conseguindo cobrir a Egreja com o esfarrapado manto da democracia, já não tentam senão defender a democracia com o sagrado pavilhão da Egreja.

Assim, fundados n'uma anarchica interpretação dos Evangelhos, firmemente condemnada por Pio X na celebre Carta Apostolica de 25 d'Outubro de 1910, começam por affirmar que o espirito da Egreja é democratico. Não se vê bem porque motivo. Não se comprehende mesmo como tendendo o ideal democratico á emancipação progressiva de toda a auctoridade, seja possivel harmonisa-lo com o ideal catholico, com o seu espirito de auctoridade, de disciplina e hierarchia.

O espirito anti-democratico da Egreja manifesta-se claramente pela sua attitude, pela sua forma exterior. E a forma dada á Egreja por Jesus Christo é essencialmente monarchica, embora haja certa differença, quanto á transmição do poder, entre o regimen monarchico que ella pratica e o que é usado na sociedade civil.

Surge n'esta altura o principal argumento em que se apoia a these da Egreja democratica: — o facto de o nascimento não conferir nenhum direito especial dentro da constituição catholica.

Não ha duvida; mas para que este argumento tivesse algum peso seria necessario que, quanto ao seu modo, fossem communs a geração para a vida sobrenatural e a geração natural. De resto, bastará notar que a *graça divina* é a primeira a deixar subsistir desegualdades sem numero entre a grande familia christã; e eu supponho que nenhum bom catholico pensará em *corrigir* com a razoira egualitaria da Democracia estes altos designios da Providencia... Por outro lado, sendo opinião unanime dos philosophos christãos que a auctoridade, senão na ordem metaphysica pelo menos na ordem concreta, é a forma especifica de toda a sociedade, como e de que forma poderá harmonizar-se a doutrina catholica com as formas de governo popular?

Em que principios theologicos poderia baseiar-se ainda a egualdade democratica applicada aos homens e aos seus direitos se a verdade está antes em dizer-se que a dignidade das pessoas é, aos olhos do creador, infinitamente diversa, e que os homens, caminhando para Deus, só teem um direito egual — qual o de perseguirem esse caminho segundo as con-

dições *deseguaes* em que se encontram!? Alem d'este direito egual, uma equação de direitos estabelecida pela Egreja, limitar-se-hia a proclamar que todos devem um *egual* respeito aos direitos *deseguaes* de cada um. A doutrina catholica foi n'este ponto claramente affirmada por Leão XIII na encyclica *Quod Apostolici* e, mais tarde, por estas palavras do *motu proprio* de Pio X: «— *a egualdade dos homens consiste* apenas *n'isto: em que todos os homens tem a sua origem em Deus creador, foram redimidos por Jesus Christo e devem, segundo a medida exacta dos seus meritos e defeitos, ser julgados e recompensados ou punidos por Deus.*»

Ora se entre os principios fundamentaes da Democracia e os fundamentaes principios da Religião ha, de principio, este profundo antagonismo, como seria possivel harmonisar os interesses da Egreja com os interesses da republica? De resto, este antagonismo foi, como disse, perfeitamente definido pela Santa-Sé desde a madrugada da Revolução franceza até ao presente declinar do seu prestigio. Mostral-o-hei n'um dos proximos numeros d'esta revista.

João do Amaral

Questões Internacionaes

POR

G. JEAN AUBRY

Razão Franceza

No momento em que a Allemanha esperava ainda o triumpho das suas armas e encarregava uma duzia de intellectuaes de fazer, ruidosamente e desprezando os mais elementares principios de humanidade, o elogio da sua grandeza, todo o mundo poude observar a attitude dos pensadores allemães perante a victoria ou o que elles julgaram ser a victoria. Desde que a incerteza começou a invadir a Allemanha, os intellectuaes de alem do Rheno calaram-se e manteem-se n'uma prudente reserva. Quando chegar a hora da derrota ouviremos então as lamentações sem nobreza d'uma casta cega pela vaidade, destituida de espirito critico, extranha á força moral que triumpha dos mais dolorosos desastres.

N'este momento não é talvez inopportuno recordar a attitude qne tomaram, em face da derrota, aquelles que tinham levado ao apogeu da sua grandeza o genio francez. Ha a este respeito um documento que se não pode ler sem emoção e sem a secreta voluptuosidade que dá ao espirito a sensação da justa medida.

Na hora em que troavam, assestados sobre Paris, os canhões allemães, quando os desastres de Metz e Sédan haviam destruido as forças regulares da França, o historiador Fustel de Coulanges publicava na *Revue des Deux Mondes*, em julho de 1871, um estudo sobre *Louvois e Bismark* cuja leitura deve interessar todos aquelles que estimam a *razão franceza*. Não ha documento de maior actualidade nem que melhor permitta avaliar a grandeza d'um espirito superior que se não deixa suggestionar nem pelos triumphos passados nem pelos insucessos presentes.

Sob a ameaça dos canhões allemães o historiador da *Cité Antique* buscava na força do seu espirito a clarividencia dos destinos que levariam a

Allemanha á situação em que hoje a vemos. O grande escriptor sabia que se é verdade que ninguem se banha duas vezes na mesma agua do mesmo rio, tambem é certo que os factos da historia se repetem sempre, em condições semelhantes. O cyclo das paixões humanas não é infinito: certas acções provocam fatalmente certas consequencias.

Fustel de Coulanges não tinha consagrado a sua vida á historia, como os pedantes prussianos, para n'ella buscar os documentos susceptiveis de serem classificados nos catalogos, mas para d'ella tirar um conhecimento mais profundo dos homens, um juizo mais seguro sobre as origens da sua epocha e as suas condições de existencia.

Perante os canhões prussianos Fustel de Coulanges analysa as faltas do vencedor, as que elle está commettendo e as que não deixará de commetter. E o historiador conhece estas faltas uma por uma e estuda as suas causas anteriores; ellas foram commettidas, cerca de dois seculos antes, por um francez e na hora da derrota o historiador não hesita em escrever sobre a politica desastrosa de Louvois, as palavras que vão esclarecer a politica de Bismarck.

Eu não sei o que é mais admiravel, se esta clarividencia politica, se este espectaculo da inflexivel dignidade da razão franceza. Fustel de Coulanges sabe a França sufficientemente rica de gloria, de sabedoria, de virtude, de conquistas, para que seja necessario mentir-lhe ou dissimular. Melhor do que ninguem elle sabe que nenhuma outra historia contem paginas mais bellas e que a falta assignalada só realça quem soube não a commetter.

E o seu coração afflicto pelos desastres da Patria tem todavia a coragem de só obedecer á voz da justiça!

Senhores intellectuaes d'alem do Rheno, porque não lestes Fustel de Coulanges? Mas o que é a vossos olhos um historiador de França, um *fazedor* de discursos, um constructor de phantasias? E todavia, que pena não terdes lido estas phrases, escriptas ha quarenta e quatro annos!

«Que fructos recolherão a França e a Allemanha da politica de que hoje são instrumentos? Para o saber seria preciso ler muito longe o Futuro. As verdadeiras consequencias dos acontecimentos são longas a manifestar-se. E' preciso ás vezes um quarto de seculo e mesmo mais para que se possa dizer: eis o resultado. Talvez só d'aqui a vinte ou trinta annos se possa saber em que sentido Bismark modificou os destinos da Allemanha.»

Mas as paginas seguintes são ainda mais verdadeiras e mais propheticas e fica-se estupefacto ao ler estas linhas que parecem dictadas pelo proprio Destino:

«Se os Prussianos forem vencedores até ao fim da guerra actual, dir-

se-ha talvez que não commetteram nenhuma falta. Enganam-se os que o suppõem: os prussianos commetteram uma falta irreparavel, a de serem *demasiadamente vencedores*, a de terem mostrado demasiada força e demasiada habilidade, e faltas d'estas pagam-se sempre, cedo ou tarde... Ninguem d'ora avante rejubilará sinceramente com os successos da Prussia e ninguem terá piedade dos seus soffrimentos quando chegar a hora das suas desgraças... Sobre ella pesa um mal irreparavel; esta guerra terá effeitos incalculaveis sobre o estado moral da Allemanha. Ella modificará o caracter, os habitos e até o espirito e a maneira de pensar d'aquella nação. A doença da ambição e a febre do engrandecimento ter-se-ha inoculado no sangue do povo allemão. Nós gostavamos d'antes de falar nas virtudes allemãs; onde as encontraremos agora? A velha Allemanha morreu.»

Eis as maravilhosas e sangrentas verdades escriptas ha quarenta e quatro annos por um francez. Hontem ainda se podia encontrar homens cujo espirito de justiça levava a procurar na Allemanha actual os traços de Goethe, de Humboldt, de Schuman, de Wagner. Ha quarenta e quatro annos Fustel de Coulanges tinha visto claro; n'essa altura já a velha Allemanha não existia; ainda não chegou a hora da sua ressurreição e o desmoronamento de toda esta falsa gloria ruidosa do imperio germanico accumula taes destroços sobre o tumulo da velha Allemanha que mais difficil ainda lhe será resurgir.

Na historia de Louvois, o Kaiser poderia ter encontrado licções proveitosas: «A ambição, diz Fustel de Coulanges, não para quando quer. O instincto da usurpação, a febre de engrandecimento, quando se apoderam d'um soberano ou d'um povo dominam-no e conduzem-no como querem... A politica de invasão e as victorias da França não tiveram como consequencia se não ligar toda a Europa contra ella. Possuia algumas cidades mais, mas estava isolada no mundo, a sua influencia diminuida, o seu prestigio abalado e a sua propria segurança compromettida.»

E quando o snr. de Bethemann-Holweg julgou poder lançar os exercitos imperiaes atravez da Belgica, porque não se lembrou elle d'esta carta, que Fustel de Coulanges recorda, em que o embaixador de França em Londres dizia a Louvois: «Os inglezes seriam capazes de vender a propria camisa para garantir a conservação dos Paizes Baixos.» O principe Lichnowski, nos vagares que lhe deixa a guerra, podia lêr os documentos diplomaticos francezes do seculo XVII e ahi encontraria ainda outras importantes licções para os futuros diplomatas da Allemanha. N'elles apprenderia que de nada serviu a Louvois a sua energia, a sua actividade inegualavel, que na guerra contra a Hollanda tivesse levado a sua habilidade ao ponto de

se fornecer de polvora e de chumbo na propria Hollanda, que multiplicasse os seus espiões em todos os paizes extrangeiros e provocasse desintelligencias mesmo no proprio seio do Parlamento inglez.

As mesmas causas produzem quasi sempre os mesmos effeitos. O parallelo estabelecido por Fustel de Coulanges entre Louvois e Bismarck prova-o abundantemente, hoje que se revelam as consequencias da obra emprehendida pelo chanceller de ferro.

Se nós tivessemos lido com mais cuidado os nossos historiadores não nos teriamos admiradado da recente attitude dos intellectuaes allemães prevista por Fustel de Coulanges em janeiro de 1871:

«Ao passo que em França só nas classes ignorantes se mantém ainda sentimentos belicosos, na Prussia pelo contrario são de preferencia as classes elevadas que incitam á guerra... As antigas ideias sobre a guerra e sobre a gloria dominam ainda, repito, nos salões de Berlim e nas cathedras da Universidade. Toda a sciencia na Allemanha tem sido uma arma contra a Sciencia.»

Na correspondencia de Taine, na de Flaubert e mesmo no jornal dos Goncourt, em muitos escriptos do anno terrivel encontram-se testemunhos d'esta penetração que a derrota e as angustias não poderam attenuar; o de Fustel de Coulanges é sem duvida um dos mais completos, um dos que melhor provam quanto, mesmo nas horas dolorosas, se eleva acima da estupida e material *Kultur*, a sã e penetrante *Razão franceza.*

Notas Politicas

POR

VICTOR FALCÃO

O snr. Augusto

Nascera n'uma tempestuosa manhã de inverno. Ao entreabrir, pela vez primeira, os labios desageitados soltara um guincho terrivel. A parteira, estupida parteira aldeã, passara-lhe logo as mãos grossas e enormes pelo corpinho debil e topara-o frio de neve, tiritante, esbranquiçado. Que fazer para tornar quente n'um instante a carne tenrinha da pobre creança? A parteira reflectiu, estudou gravemente o complicado problema, que reclamava uma solução urgente. E depois de raciocinar tres minutos seguidos, assentou n'um procedimento que lhe pareceu acertado. N'uma mesa proxima um creado previdente collocára sob uma lampada d'alcool uma vasilha de aluminio contendo café bem forte. Ao lado, como uma companheira inseparavel e util, encontrava-se uma garrafa branca d'onde sahia um aroma alcoolico perturbador. Essa garrafa tinha um rotulo manuscripto. E esse rotulo dizia: *aguardente de vinho.* A parteira deitou a mão á garrafa, encheu a esbordar um calice já servido, e esvasiou-o sem hesitar na boquita mal rasgada da creança choramingas. Esta soltou um novo guincho, cerrou os olhos instantaneamente pejados de lagrimas teimosas, coloriu as faces até então pallidas de morte, deixou cahir para traz a cabeça disforme e ficou no leito desalinhado da mãe quasi esvaida na postura horrivel dos pequenos cadaveres.

A parteira, estupida parteira aldeã, julgou então que havia assassinado o recem-nascido. Estremeceu de medo. Viu deante de si, como um phantasma vingador, a figura de um juiz, a sala arrepiante de um tribunal, o sinistro banco dos reus, os punhos cerrados da multidão amaldiçoando-a e depois a cella sombria de uma cadeia de mulheres, mestras da escola do vicio e do crime, insultando-a e vexando-a, tratando-a como um escarro, cheias de nojo por ella. Inconscientemente, phreneticamente,

soltou um grande grito de angustia que resoou por toda a casa como o toque plangente de finados. A creadagem, que estava boquejando disparates maliciosos sobre o bom-successo da senhora, o senhor que se postara, mal disposto, n'uma saleta de visitas, jogando o dominó prosaicamente com um amigo intimo, as tias e os tios, os sobrinhos e as sobrinhas que tomavam chá na sala de jantar á espera da hora solemne destinada aos cumprimentos da praxe entre gente burgueza que se preza, todas as creaturas presentes se lançaram n'uma correria louca em direcção ao local onde permanecia a parteira. Esta, postou-se de joelhos, juntou as mãos n'uma attitude mystica, solicitou piedade e misericordia, soluçou, chorou, bateu com a cabeça de encontro aos moveis e só depois de muito instada por toda a gente, só quando viu a pobre mãe, debil como uma tysica, erguer-se n'um repellão, por um esforço sobrehumano, do leito onde jazia e perguntar anciosa pelo filho, pelo seu querido filho, é que balbuciou apavorada estas palavras de explicação:

— O menino está alli, sobre aquelle tapete, morto!

Parecia uma cidade, em dia de revolução, aquella casa. Gritos, imprecações, gestos de desespero, orações á Virgem, ameaças, phrases de esperança, phrases de desespero, odio, amor, lucta de intelligencia, lucta de sentimento, tudo se podia perceber alli. As creadas corriam de um lado para outro, como doidas, azafamadas, sem nada produzirem de util. As pessoas moças choravam sem intermittencias um choro convulsivo e lamentavel. O marido, o amigo do marido, as pessoas graúdas, os homens e as mulheres já calhados na vida, formulavam hypotheses tristemente, procuravam responder á pergunta que sahia de todos os labios, esta pergunta difficil — *como teria succedido aquillo?* E ninguem, absolutamente ninguem, mexia na pobre creança abandonada e ninguem, absolutamente, ninguem se lembrava de que ella podia estar viva ainda. Foi preciso que pelo quarto irrompesse, saltitante, endiabrada, uma garotita filha de uma visinha e que ella, vendo aquella scena de tragedia, perguntasse onde estava o medico, para que o marido, o amigo do marido, as tias e os tios, as sobrinhas e os sobrinhos, tomassem a resolução de mandar chamar o doutor apressadamente. E o doutor veiu. Veiu e auscultou a creança. Dirigiu perguntas á parteira, successivas perguntas, viu-a atarantada, chamou-a de parte e ouviu da bocca da estupida mulher a narrativa formal, sem omissão de pormenores, do que se tinha passado. Ficou perplexo. E depois voltando-se para os parentes, que o olhavam como um Messias, disse-lhes:

— A creança está bebeda. Vou ver se a posso salvar!

* * *

E salvou... Augusto, o menino Augusto, como o baptisaram os papás, tornou-se um pimpolho levado da breca. Aos cinco annos começou a apprender a ler. Aos vinte estava na Universidade. Mandrião, immensamente mandrião, estroina, immensamente estroina, parvo, immensamente parvo, elle conseguiu, apesar d'isso tudo, notabilisar-se em Coimbra. Se lhe fallavam nas doutrinas de Lombroso ficava de bocca aberta, o olhar parado como o dos bois, e não pronunciava uma só palavra. Mas se o convidavam para uma comezaina a deshoras, com pandeiretas e mulheres á mistura, dava pulos de contente, batia as palmas como um petiz a quem offerecem o brinquedo appetecido, fazia discursatas inflammadas e provocava a risota franca e prolongada de todos os companheiros. Os professores, na sua linguagem pittoresca, affirmavam que elle era *tapado como uma porta*. Os estudantes, que não odiavam a leitura das sebentas coimbrãs, garantiam que Augusto, o menino Augusto, era o Calino universitario. E Alexandre, o palrador já celebre, já celebre pela cabelleira solta ao vento, berrava em todos as tascas e em todos os cafés, nos locaes onde soe beber-se respectivamente copazios de vinho e calices de genebra, que Augusto, o menino Augusto, o seu amigo de esturdia, era incontestavelmente, irrefragavelmente, sobrenaturalmente, (n'esse tempo Alexandre usava e abusava dos adverbios de modo) o academico que maiores quantidades de liquidos alcoolicos era capaz de emborcar. E Alexandre queria uma estatua para o beberrão, exigia-a em todas as reuniões effectuadas pelos rapazes, com um calor e um enthusiasmo que surprehendiam os ouvintes honestos e dignos, os ouvintes honestos e dignos que ainda o tomavam a serio...

Ora um dia, n'uma d'essas reuniões, quando Alexandre cantava pela centessima vez a estafada aria das raras qualidades (e bem raras!) que distinguiam Augusto, o menino Augusto, o seu amigo de esturdia, quando o orador febrecitante fazia a escandalosa apologia do estroina e desafiava, quem quer fosse, a excedel-o nos seus *records*, um camponez que se havia introduzido sobrepticiamente no local protestou. A assembeia quedou pasmada e indecisa. O biographo de Augusto, do menino Augusto, torceu o nariz. Momentaneamente a fé desappareceu do cerebro de todos os animaesinhos bipedes e com uso da fala para quem Augusto era um idolo. Seria assim? Não seria assim? O camponez valeria mais que o *outro?* O melhor era fazer uma experiencia. E a experiencia foi solicitada em altos berros. Alexandre, readquirida a serenidade, condescendeu. Mais

apostou dois tostões pelo amigo. E, pelo sim, pelo não, correu a preveni-lo. Encontrou-o na cama, com os pés collocados no travesseiro, calças tiradas, casaco posto, a roncar como um porco. Agarrou-lhe um dos braços, tentou despertal-o, sacudiu-lhe o corpo todo e Augusto continuou imperturbavel a roncar, n'uma attitude de homem feliz e despreoccupado. Só no dia seguinte, pela manhã, a prevenção poude ser feita. Alexandre estava triste. Augusto, coitado, sentia nauseas. Mas ainda assim consolou o amigo, incutiu-lhe coragem, pediu-lhe que não desanimasse *porque a victoria era certa.* E foi. Ao cahir da tarde realisou-se o desafio. Augusto tinha comido uma duzia de sardinhas, bem salgadas. Estava com sede. Bebeu, em meia hora, quinze meios litros de vinho. O rival, o camponez, bebeu unicamente doze meios litros. A victoria de Augusto fora retumbante, notabilisara-o. E desde então quando alguem, de fóra da terra, perguntava por elle aos estudantes, estes respondiam:

—Ah! sim, o Augusto? Bem sabemos. É o mais bebedo de Coimbra!

* * *

Ha poucos mezes Augusto, cambaleante, foi a uma typographia. Queria fazer o rascunho para uns bilhetes de visita. E, dominado pelos vapores do alcool, em vez de escrever, com inteira verdade,

Augusto
Bebedo profissional

escreveu, sem saber o que escrevia,

Augusto
Ministro dos estrangeiros.

Victor Falcão